

## SUMÁRIO

Prefácio.....	13
Nota do Autor .....	23
1. Introdução Metodológica: a Conexão Dialética entre Economia, Política e Direito ou os Instrumentos Intelectuais para a Compreensão do Conceito Constitucional de “Relação de Trabalho” (art. 114, I da CR/88) .....	27
1.1. O Núcleo do “Programa de Transição” da Justiça do Trabalho: o conceito de “Relação de Trabalho” .....	43
2. A Necessidade Social do Trabalho e a Crise da Civilização Capitalista: os Pressupostos Centrais da Compreensão do “Programa de Transição” da Justiça do Trabalho após a Ampliação da Competência Material Prevista pelo art. 114, I da CR/88 .....	69
3. Conceitos de Trabalho; Não-Trabalho; Trabalho Abstrato e Direito ao Trabalho .....	73
3.1. O Trabalho - Atividade de Satisfação de Necessidades Sociais ou Valores De Uso (“Work”).....	78
3.2. A Teoria do Valor-Trabalho e a Teoria da Justiça .....	82
3.3. O Não-Trabalho e o Antivalor.....	86
3.4. O Trabalho Abstrato e a Propriedade Capitalista.....	94
3.5. Para uma crítica das ideologias pós-modernas do “fim do trabalho” e de sua repercussão mediata na superestrutura da Justiça do Trabalho .....	108
4. Os Modos de Subordinação Formal do Trabalho ao Capital e as Redes de Empresas: a nova divisão social do trabalho capitalista e a dialética das terceirizações e subcontratações .....	149

4.1. A Dialética dos Modos de Subsunção Formal do Trabalho ao Capital e o Conceito Constitucional de “Relação de Trabalho” (art. 114, I da CR/88): o Trabalho assalariado e não-assalariado perante a nova Justiça do Trabalho .....	188
4.2. Os Contratos Cíveis de Atividades ou de Colaboração e o Conceito Constitucional de “Relação de Trabalho” – Prestação de Serviços, Mandato, Depósito, Agência, Corretagem, Empreitada, Gestão de Negócios, Comissão e Transporte.....	196
4.3. Outras Relações de Trabalho e Contratos Afins: Parceria Rural, Representação Comercial, Cooperativas de Trabalho, Trabalho dos Índios, Trabalho Prisional, Trabalho Voluntário, Trabalho Avulso, Trabalho Religioso, Estágio de Estudantes e Residência Médica .....	198
4.4. Responsabilidades Anteriores, Atuais e Posteriores dos Contratos de Trabalho, a Competência Penal Trabalhista e a ADIN 3684/DF .....	204
4.5. Invenções, Patentes e Direitos Autorais de Trabalhadores Intelectuais, como Pessoas Físicas (Assalariadas e Não-Assalariadas).....	209
4.6. Lides Relativas à Busca de um Meio Ambiente de Trabalho Adequado e as Multas Administrativas .....	216
5. “Direito ao Trabalho” ou a Cidadania do Trabalho Assalariado como Direito: a interface do Direito Econômico com o Direito do Trabalho ou a Dialética entre os modos de subordinação formal (relação de trabalho) e real do trabalho ao capital (relação de emprego) – reflexos mediatos no processo judicial trabalhista.....	237
6. Os entes de Direito Público externo .....	267
7. O Antivalor Burocrático da Justiça do Trabalho em Face da Nova Competência Material Prevista no art. 114, I da CR/88: a Dialética Social do Trabalho Produtivo e Improdutivo .....	269
7.1. A Burocracia da Justiça do Trabalho como órgão integrante do Estado burguês .....	269
8. O Estado, o Capital-Serviço (Privado e Estatal) e o Trabalho Improdutivo .....	285

9. A Cogestão na Administração da Justiça do Trabalho: a necessidade de delegação de poderes aos Órgãos Extrajudiciais (a CCP, o NINTER, os Tribunais Arbitrais e os Conselhos de Empresa) em face da nova competência material do art. 114, I da CR/88 .....	325
10. A Crise Econômica do Capital e a Responsabilidade Objetiva do Estado pela Demora na Entrega da Prestação Jurisdicional ou pela não Duração Razoável do Processo Judicial Trabalhista – A nova competência da Justiça do Trabalho (art. 114, I da CR/88) .....	335
11. Ensino Jurídico e o Conceito de Relação de Trabalho .....	343
12. Conclusão .....	347
Referências .....	365
Anexos.....	389
Anexo A	
Legislação Estadual .....	389
Anexo B	
Portaria TRT/SGP/1813/2010, de 07 de outubro de 2010 .....	420